

ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DA FLORICULTURA NO ESTADO DO CEARÁ

José Nilo de Oliveira Junior
Ahmad Saeed Khan
Lucia Maria Ramos Silva

RESUMO: Objetivou-se analisar a produção de helicônias, principal flor produzida no Estado do Ceará, nos aspectos relacionados a custos, rentabilidade e competitividade entre os fruticultores. Foram realizadas, no período de outubro de 2002, coletas de dados primários por meio de entrevistas diretas com os produtores nos principais municípios do Estado Ceará, com base no cadastro da Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI. A determinação dos custos e rentabilidade utilizou-se a metodologia empregada por Martin, et al (1998) no Sistema Integrado de Custos Agropecuários – CUSTAGRI. Na para análise da competitividade utilizou-se os indicadores de eficiência como preço, custos e índice de lucratividade. Os principais resultados obtidos mostram que a produção de helicônia é uma atividade rentável, de custos relativamente baixos e com elevada rentabilidade.

Palavras-chaves: Floricultura, rentabilidade, competitividade, Ceará.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Problema e sua Importância

A floricultura, atualmente, no Brasil, apresenta-se em um estágio de desenvolvimento muito abaixo de sua potencialidade. Segundo Instituto Brasileiro de Floricultura - IBRAFLOR (2001), a área total de produção de flores e plantas ornamentais no Brasil chegou a 4.850 ha em 1999, sendo o Estado de São Paulo responsável por cerca de 60% deste montante

Nos últimos anos, a produção de flores no Estado do Ceará tem recebido incentivos do Governo Estadual para seu desenvolvimento. A floricultura apresenta uma série de vantagens, como sua grande capacidade de geração de empregos diretos e indiretos. Além disto, se constituir uma nova alternativa na região do semiárido, que é propícia a seu cultivo.

O Ceará ainda não é um grande produtor de flores, se comparado a outros estados, contudo, possui um conjunto de atrativos que podem contribuir para o desenvolvimento deste setor, como: condições de microclimas favoráveis para a produção de flores tropicais; possui um complexo de distribuição privilegiado com portos modernos e bem equipados, terminal aéreo especializado em cargas; vôos diários para todo o País e para o mundo; malha rodoviária com cerca de 7 mil quilômetros; dentre outros.

Neste sentido e com o intuito de consolidação da floricultura, o Governo Estadual vem desenvolvendo amplo projeto de fomento a este setor. Estão em desenvolvimento cerca de 40 hectares, que representam hoje o maior investimento no cultivo de flores no País (BANCO DO NORDESTE, 2001)

No Estado, merece destaque a produção de helicônias, que é a flor tropical mais cultivada no momento, além de crisântemos, antúrios e folhagens. Os principais municípios

produtores de flores tropicais são os inseridos nos municípios do maciço de Baturité e região metropolitana de Fortaleza.

A helicônia é uma das flores tropicais mais atraentes, principalmente por ser considerada uma flor exótica de rara beleza. Segundo BERRY e KRESS (1991), existem mais de 450 nomes botânicos para as espécies, variedades e híbridos de helicônias. Existem, ainda, mais de 200 cultivares e nomes comuns usados para fins comerciais e na literatura popular. Apesar de todos estes nomes (muitos dos quais aplicados às mesmas plantas), ainda existe certa insegurança quanto ao número exato de espécies de helicônias, no entanto existe uma estimativa de 200 a 250 espécies.

Para este estudo selecionou-se a helicônia por ser a principal flor tropical produzida no Estado. Como a produção de flores e da helicônia, em especial, é uma atividade recente considera-se importante conhecer aspectos tais como: custos, receitas e a competitividade dos floricultores. Espera-se que estas informações sejam úteis para auxiliar nas medidas de políticas voltadas para a floricultura no Estado e aos empresários, com relação ao planejamento da atividade, especialmente no que diz respeito a alocação dos fatores e níveis de investimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos Conceituais

Em uma economia globalizada, muitas das vantagens competitivas são frutos dos fatores locais, por isso ganham importância as concentrações geográficas de empresas (PORTER, 1999). A concorrência atualmente é muito dinâmica. Os agentes econômicos podem ter vantagens de custo de insumo por meio de compras ao redor do mundo, o que torna a antiga noção de vantagem comparativa menos relevante. Hoje, a vantagem competitiva depende do uso mais produtivo dos insumos, o que requer constante inovação.

Segundo AHEARN *et al.* (1990), não há uma teoria geral da competitividade porque este não é termo estritamente econômico. No entanto, no conceito econômico de comércio, a vantagem comparativa, é um elemento-chave de competitividade. Um país tem vantagem comparativa na produção de uma *commodity* agrícola particular se tiver o maior retorno por unidade de recurso fixo. As implicações comparativas são que cada país deveria produzir aquelas *commodities* para os quais tem oferta relativamente abundante de fatores fixos, tais como terra e trabalho. O custo médio de produção da indústria que dá origem à sua curva de oferta, em adição aos custos de entrega do produto no mercado, serviria então como base para medir a vantagem comparativa.

Na teoria do comércio internacional, segundo POSSAS E CARVALHO (1994), a idéia de competitividade internacional está intimamente interligada ao conceito de vantagens comparativas, sendo usados como termos equivalentes. A noção de competitividade internacional estaria, então, limitada à dos preços e custos, enquanto que a teoria do comércio internacional às hipóteses de: a) concorrência perfeita; b) retornos marginais decrescentes; c) preços determinados pela oferta e demanda; d) igualdade das funções de produção para cada produto. Dessa forma, os custos e os preços poderiam ser tomados como indicadores da competitividade, já que seriam determinados pela dotação de fatores.

Competitividade se entende como a habilidade de empresas, indústria, regiões ou áreas geográficas gerarem níveis relativamente altos de renda e emprego de fatores, em bases sustentáveis (CEPAL, 1995). Para HAGUENAUER *et al.* (1996), competitividade é definida

como a capacidade de uma empresa “formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”. A competitividade depende da adequação das estratégias das empresas aos padrões concorrenciais do mercado específico.

PERKINS (1987), citado por STÜLP (1993), considerou a competitividade como a habilidade de dominar uma parcela do mercado. Assim, uma empresa seria mais competitiva se conseguisse aumentar sua participação no mercado.

FARINA E ZYBERSZTAJN (1994) definiram a competitividade como resultante da conduta e do desempenho da empresa. A capacidade de sobrevivência e expansão nos mercados nacionais e/ou internacionais representam o desempenho. A segunda dimensão da competitividade, a conduta, está associada à noção de mercado, que, por sua vez, está associada ao processo de concorrência.

O progresso técnico é capaz de construir e destruir as vantagens competitivas, ou seja, para que uma firma seja competitiva, não é suficiente deter vantagens estáticas, mas é preciso ter capacidade de estar sempre à frente, recriando tais vantagens e, para isso, deve ter conhecimento da tecnologia, investir em pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos qualificados. Observa-se que a ênfase dada ao progresso técnico pode distorcer a análise, pois a importância deste como fontes de vantagens competitivas se dá de forma diferenciada, segundo os setores produtivos. Em determinados mercados, as firmas poderão ganhar espaço ao diferenciarem seu produto, ganhando nichos de mercado ou fortalecendo uma imagem favorável. Em outros mercados, tal espaço seria vão, levando as firmas a buscarem outros tipos de vantagens competitivas, com expansão da escala, redução de custos etc. (POSSAS E CARVALHO, *op. cit.*).

As vantagens competitivas, ao contrário das vantagens comparativas associadas à adoção de fatores fixos, podem ser construídas por meio de medidas de política e investimentos específicos. HAGUENAUER *et al.* (*op. cit.*) também enfatizaram este aspecto de criação e renovação das vantagens competitivas.

A competitividade de determinada empresa pode ser atribuída a vantagens comparativas ou vantagens competitivas. As imperfeições na economia real levam à conclusão de que a expressão vantagem competitiva é mais adequada para explicar a competitividade, já que considera as imperfeições de mercado como fatores determinantes da competitividade.

O uso de indicadores de competitividade que incorporem essa idéia de vantagens competitivas seria, portanto, mais adequado ao estudo do desempenho das empresas na economia.

2.1.1 Indicadores de Competitividade

Os indicadores de eficiência relacionados a preços e/ou custos de produção e à eficiência na utilização dos recursos são amplamente utilizados no Brasil e na literatura internacional, principalmente nos estudos de competitividade. Estes indicadores aparecem às vezes de forma complementar aos indicadores de desempenho, ou seja, como fatores determinantes do desempenho comercial, principalmente da performance das exportações.

A evolução setorial da produtividade também tem merecido atenção de vários autores. Além de ser utilizada de forma complementar a outros indicadores, como no caso da evolução do custo da mão-de-obra, a produtividade setorial tem sido utilizada para monitorar o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva e a capacidade de resposta dos setores frente às diversas conjunturas econômicas dos últimos anos.

Segundo KUME (1988), no nível das empresas, os indicadores de eficiência mais utilizados são os de produtividade física ou monetária, tanto parcial quanto multifatorial, mas também aqueles relacionados aos custos de produção e à lucratividade.

Os diversos conceitos para competitividade existentes na literatura dão origem aos indicadores de competitividade que são classificados das mais diversas formas, destacando-se alguns enfoques: a) microeconômico - que associa competitividade à aptidão de uma empresa na produção e venda de determinado produto, e macroeconômico - que associa competitividade à capacidade de economias nacionais apresentarem resultados econômicos satisfatórios relacionados ao comércio internacional e/ou ao nível de vida e bem-estar social (CHUDNOVOSKY, 1990 apud PAGANO, 2001); b) segundo desempenho - que preconiza a existência de maior competitividade se um país aumentar sua participação no mercado internacional (uma versão mais avançada seria o modelo *constant market-share*) e eficiência - que enfatiza a performance do país no mercado internacional (HAGUENAUER, 1990 apud PAGANO, *op. cit.*); c) alguns indicadores são utilizados para fazer a distinção entre competitividade autêntica - que se refletiria no bom desempenho das exportações em consequência da eficiência e competitividade espúria - que se refere à utilização de variáveis macroeconômicas (FAJNZYLBER, 1988 apud PAGANO, *op. cit.*) e d) existe um enfoque que ressalta a produtividade das empresas internas como principal elemento gerador de competitividade independente da competição internacional (KRUGMAN, 1994 apud PAGANO, *op. cit.*).

Existem também indicadores de custo de mão-de-obra. Estes podem ser utilizados para diferentes interpretações, conforme a aceção do conceito de competitividade. Segundo HAGUENAUER (1989), um indicador de custo de mão-de-obra é a elevação mais que proporcional dos salários (mais encargos sociais) em relação à produtividade, ao câmbio, aos preços industriais no atacado ou em relação ao custo de mão-de-obra dos países concorrentes no mercado internacional, que, neste caso, representaria perda de competitividade. A questão de quem deve financiar os encargos sociais, se os próprios trabalhadores, se os empresários ou se a sociedade como um todo, tem relação direta sobre a competitividade.

ANDRADE e REIS (1994), VILLWOCK e GIOACOMINI (1994) e NEVES et al (1992) utilizaram em seus estudos para fazer comparações entre empresas alguns indicadores de competitividade destacando-se custo de produção, preço e lucratividade.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo e Origem dos Dados

A pesquisa foi realizada na região do maciço de Baturité e região metropolitana de Fortaleza, as quais estão inseridas nos principais pólos produtores de flores tropicais do Estado do Ceará, segundo cadastros da Secretaria de Agricultura Irrigada - SEAGRI. Como mencionado anteriormente, o foco deste estudo é a produção de helicônias.

Os municípios que compõem a região metropolitana de Fortaleza, são: Maranguape, Eusébio, Aquiraz, Paracuru e Paraipaba. Já a região do Maciço de Baturité inclui os municípios de Baturité, Guaramiranga e Pacoti. Estes municípios foram selecionados em razão de conterem na época da realização desta pesquisa a totalidade dos produtores de helicônias no Estado.

Os dados utilizados são de origem primária, obtidos através de entrevistas diretas junto aos produtores de heliconias inseridos nestes municípios, no mês de outubro de 2002. Foram entrevistados nove dos dez produtores de helicônias identificados no Estado.

3.2 Métodos de Análise

3.2.1 Análise da Rentabilidade Financeira e da Competitividade da Floricultura

A análise foi feita a partir da determinação dos custos e receitas da produção de flores. A determinação dos custos e dos indicadores de rentabilidade que serão utilizados nesta pesquisa tem por base os conceitos utilizados por MARTIN et al. (1998) no desenvolvimento do Sistema Integrado de Custos Agropecuários (CUSTAGRI), pesquisa feita com a cooperação entre o Instituto de Economia Aplicada (IEA) em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura (CNPTIA - EMBRAPA).

3.2.1.1 Caracterização dos custos de produção

O custo total de produção segundo MARTIN et al. (*op. cit.*), é formado pelo custo operacional total, que inclui o custo operacional efetivo e outros custos fixos (depreciação, manutenção, seguro, encargos financeiros e outras despesas operacionais), e outros custos fixos (remuneração ao capital e remuneração a terra). Nesse estudo foi utilizado referidos conceitos que serão explicitados a seguir:

I) Custo Operacional Efetivo (COE)

Segundo MATSUNAGA et al. (1976), citado por MARTIN et al. (*op. cit.*) custo operacional é conceituado como sendo as despesas efetivamente desembolsadas pelo agricultor mais a depreciação de máquinas e benfeitorias específicas da atividade, incorporando-se outros componentes de custos, visando a obter o custo total de produção.

Este custo refere-se ao dispêndio efetivo (desembolso) por unidade de produção. Desta forma, ele é constituído pelo somatório das seguintes despesas:

$$COE = A + B + C$$

onde:

A = despesas com operações: são os custos com as operações agrícolas, ou seja, a quantidade dos fatores de produção utilizados por unidade de produção multiplicada por seus respectivos preços.

B = despesas com operações realizadas por empreita, efetuadas por unidade de produto.

C = despesas com material consumido: quantidade de cada material consumido por unidade de produção e multiplicada pelo preço de aquisição.

II) Custo Operacional Total (COT)

Do ponto de vista conceitual, o COT é aquele custo que o produtor incorre no curto prazo para produzir e para repor a sua maquinaria e continuar produzindo. Este custo é constituído pelo seguinte somatório:

$$\text{COT} = \text{COE} + \text{E}$$

onde:

COE = custo operacional efetivo (R\$);

E = outros custos operacionais

- Os outros custos operacionais têm a finalidade de alocar, na atividade produtiva em análise, parte das despesas gerais da empresa agrícola, a fim de se avaliar com maior precisão os custos e retornos dessa atividade. No cálculo desses custos, serão considerados os seguintes itens:

(i) Depreciação

Corresponde ao custo necessário para repor os bens de capital quando tornados inúteis pelo desgaste físico (depreciação física) ou quando perdem valor com o decorrer dos anos em razão de inovações técnicas (depreciação econômica ou obsolescência). Será calculada através do método linear, que consiste em dividir o custo inicial do bem, pelo número de anos de sua duração provável (HOFFMANN, 1981).

(ii) Manutenção

Foi considerado um percentual de 1% sobre o valor do capital empatado na atividade, conforme CARVALHO (2000).

(iii) Seguro

É um custo anual para cobrir danos imprevistos, parciais ou totais, que o bem de capital pode sofrer (roubo, incêndio etc). Será calculado através de uma taxa percentual de 2,9%, com base em CARVALHO (*op.cit.*), sobre o valor das inversões efetivamente realizadas na produção (COE).

(iv) Encargos financeiros

Estimados em 6% sobre o custo operacional efetivo médio, no ciclo de produção (taxa de juros reais considerada com base na remuneração anual da caderneta de poupança).

(v) Outras despesas operacionais

Estimadas em um percentual de 5% sobre o valor do custo operacional efetivo, de modo a cobrir outras taxas e/ou dispêndios pagos pela atividade e que eventualmente não venham a ser computados no estudo (MARTIN et al, 1998).

III) Custo Total de Produção (CTP)

O cálculo deste custo foi realizado mediante o somatório do custo operacional total (COT) e de outros custos fixos (Ocf). Do ponto de vista conceitual, o CTP constitui o custo

total da atividade que, adicionado à remuneração da capacidade empresarial, permitirá avaliar qual a taxa de rentabilidade da atividade em análise. Matematicamente, têm-se:

$$CTP = COT + Ocf$$

onde:

CTP = custo total de produção (R\$);

COT = custo operacional total (R\$);

Ocf= Outros custos fixos (R\$).

No cálculo dos outros custos fixos (Ocf), serão considerados os seguintes itens:

- Remuneração ao Capital (RC)

Foi obtida através da taxa de juros de 6% sobre o valor médio do capital empatado¹.

- Remuneração da Terra (RT)

De forma similar, a remuneração da terra foi calculada através da aplicação de uma alíquota de 6% sobre o valor médio, vigente no mercado, de um hectare de terra nos municípios em estudo.

3.2.1.2 Caracterização das receitas

A Receita Bruta representa o valor monetário obtido com a venda da produção. Foi calculada de acordo com a produção de flores e com o preço de venda do produto:

$$RB = Q \times Pv$$

onde:

RB = Receita bruta (R\$);

Q = Produção de helicônia (haste);

Pv = Preço de venda da helicônia (R\$/haste).

3.2.1.3 Indicadores de rentabilidade

A) Margem Bruta em Relação ao Custo Operacional Efetivo

É a margem em relação ao custo operacional efetivo (COE), isto é, mostra o percentual de recursos que sobra após o produtor pagar o custo operacional efetivo, considerando o preço unitário de venda do produto e sua produção. Ou seja:

$$\text{Margem Bruta (COE)} = ((RB - COE) / COE) \times 100$$

¹ Considerou-se a remuneração anual da caderneta de poupança.

B) Margem Bruta em Relação ao Custo Operacional Total

Calculada como a anterior, mas, neste caso, em relação custo operacional total (COT), ou seja, mostra o que sobra após o produtor pagar o custo operacional total. Temos:

$$\text{Margem Bruta (COT)} = ((\text{RB} - \text{COT}) / \text{COT}) \times 100$$

Assim, essa margem indica, após o produtor ter pago todos os custos operacionais, a disponibilidade de recursos que cobrirá a remuneração ao capital, a remuneração a terra e a remuneração à capacidade empresarial do proprietário.

C) Margem Bruta em Relação ao Custo Total de Produção

O cálculo dessa margem é idêntico às anteriores, considerando o custo total de produção (CTP). Logo:

$$\text{Margem Bruta (CTP)} = ((\text{RB} - \text{CTP}) / \text{CTP}) \times 100$$

Neste caso, indica qual a margem disponível para remunerar a capacidade empresarial do proprietário, após o pagamento de todos os custos de produção.

D) Ponto de Nivelamento (PN)

Nesta pesquisa foram considerados também indicadores de custo em termos de unidades de produto, como o ponto de nivelamento em relação ao custo operacional efetivo (COE), em relação ao custo operacional total (COT) e em relação ao custo total de produção (CTP):

$$\text{Ponto de Nivelamento (COE)} = \text{COE}/P_v$$

$$\text{Ponto de Nivelamento (COT)} = \text{COT}/P_v$$

$$\text{Ponto de Nivelamento (CTP)} = \text{CTP}/P_v$$

onde:

P_v = preço unitário de venda do produto (R\$/haste).

Estes indicadores mostram, para um determinado nível de custo de produção, qual deve ser a produção mínima para cobrir esse custo, dado o preço de venda unitário do produto. Permitem também calcular quanto está custando a produção em unidades de produto, e se, comparado à produção, quantas unidades de produto estão sobrando para remunerar os demais custos de produção.

E) Lucro Operacional (LO)

Esta medida é obtida através da diferença entre a receita bruta e o custo operacional total (COT). Esse indicador é estimado em valores monetários e em quantidade de produto de determinada atividade:

$$\text{LO} = \text{RB} - \text{COT}$$

onde:

LO = lucro operacional (R\$) e (haste);

RB = receita bruta (R\$) e (haste);

COT = custo operacional total (R\$) e (haste).

O indicador de resultados lucro operacional (LO) mede a lucratividade da atividade no curto prazo, mostrando suas condições econômicas e operacionais.

F) Índice de Lucratividade (IL)

Foi obtido mediante a relação entre o lucro operacional e a receita bruta, em percentagem. Esse indicador mostra a taxa disponível de receita da atividade, após o pagamento de todos os custos operacionais. Ou seja:

$$IL = (LO / RB) \times 100$$

onde:

IL = índice de lucratividade (%);

LO = lucro operacional (R\$);

RB = receita bruta (R\$).

3.2.1.4 Indicadores de competitividade

Neste estudo utilizou-se alguns indicadores de competitividade com base em estudos de ANDRADE e REIS (1994), VILLWOCK e GIOACOMINI (1994) e NEVES et al (1992)

Os indicadores de competitividade utilizados foram os seguintes:

- custo unitário de produção,
- preço médio recebido pelo produtor;
- lucro operacional;
- índice de lucratividade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Determinação das Receitas e dos Custos

Os valores monetários referentes à análise de rentabilidade econômica da produção de helicônias estão expressos em reais (R\$) de outubro de 2002. A receita bruta foi computada considerando a produção de cada produtor, multiplicada pelo preço médio de venda², no período considerado. Desta forma obteve-se um valor médio da receita bruta por 1000 hastes de R\$ 1155,55 (TABELA 1).

Na determinação do custo operacional efetivo (COE), foram consideradas as despesas com mão-de-obra e com os demais insumos. No que se refere aos insumos, foram computadas as despesas com fertilizantes, calcário dolomítico, adubos orgânicos, inseticidas,

² O preço médio de uma unidade de helicônia (haste) foi de R\$ 1,15.

energia elétrica, combustível, caixas de papelão e defensivos. Desta forma, o custo operacional efetivo alcançou um valor de R\$ 578,62, que corresponde a 50,07% da receita bruta obtida (Tabela 1). Pode-se observar que, se forem consideradas somente as despesas efetivamente desembolsadas pelo produtor, há sobra de recursos da ordem de 49,92% ou de R\$ 576,93.

TABELA 1 - Receita e custo de produção de 1000 hastes de helicônias

Item	Valor Total (R\$/1000 hastes)
Receita Bruta (RB)	1155,55
Custo Operacional Efetivo (COE)	578,62
Mão-de-Obra	262,79
Insumos	315,82
Custo Operacional Total (COT)	740,95
COE	578,62
Depreciação	69,91
Manutenção	29,35
Seguro	16,77
Encargos Financeiros	17,35
Outras Despesas Operacionais	28,92
Custo Total de Produção	898,48
COT	740,95
Remuneração do Capital	87,16
Remuneração da Terra	70,41

FONTE: Dados da pesquisa

No cálculo do custo operacional total (COT), adiciona-se ao valor obtido do COE as despesas com depreciação, manutenção, seguro, encargos financeiros e outras despesas operacionais, como discutido no item 3.2.1.1. O valor encontrado foi de R\$ 740,95, que corresponde a 64,12% da receita bruta gerada na produção de 1000 hastes de helicônia. O montante que sobra para o produtor após pagar todas as despesas operacionais corresponde a 38,87% da receita bruta ou o equivalente a R\$ 414,60. Portanto, no curto prazo, os produtores de helicônia analisados cobriram todos os custos operacionais de produção, bem como aquele custo referente à reposição de maquinaria, um fator importante para a produção.

Por sua vez, o custo total de produção (CTP) foi obtido adicionando-se ao COT a remuneração do capital e a remuneração da terra. O valor encontrado foi de R\$ 898,48, que corresponde a 77,75% da receita bruta obtida na produção de 1000 hastes de helicônia. Isto implica que a produção cobre todos os seus custos, sobrando um montante de R\$ 257,07, que equivale a 22,24% da receita bruta.

4.2 Determinação dos Indicadores de Rentabilidade

De acordo com a TABELA 2, pode-se observar que a margem bruta com relação ao custo operacional efetivo (MBCOE) apresentou um valor de 99,70%. Este valor significa que os produtores dispõem de uma quantidade de recursos 99,70% superior ao custo operacional efetivo (COE), que poderão ser utilizados para cobrir os demais custos operacionais, e que a margem bruta relativa ao custo operacional total (MBCOT) foi de 55,95%, significando que,

após pagar todos os custos operacionais, existem recursos neste montante que servirão para remunerar o capital, a terra e a capacidade empresarial do proprietário.

TABELA 2 - Indicadores de rentabilidade para a produção de 1000 hastes de helicônias

Item	Valor Total
RECEITA BRUTA (R\$)	1100,00
CUSTO TOTAL (R\$)	898,48
MBCOE (%)	99,70
MBCOT (%)	55,95
MBCTP (%)	28,61
PNCOE (hastes)	503,14
PNCOT (hastes)	644,30
PNCTP (hastes)	781,29
Lucro Operacional (R\$)	414,60
Índice de Lucratividade (%)	35,87

Fonte: Dados da pesquisa

A margem bruta com relação ao custo total de produção (MBCTP) apresentou o valor de 28,61%, mostrando que a receita gerada, nas condições descritas no estudo, é suficiente para pagar todos os custos de produção de 1000 hastes de helicônias e sobrar o valor de 22,42% para remunerar a capacidade empresarial do produtor.

Os valores obtidos com os pontos de nivelamento associados ao COE, COT e CTP foram de 503,14 hastes, 644,30 hastes e 781,29 hastes, respectivamente. Portanto, estes resultados mostram-se consistentes com os apresentados anteriormente, ou seja, com essa produtividade e com o preço vigente considerado, o produtor consegue arcar com todos os custos de produção, obtendo um resíduo que poderá remunerá-lo.

O lucro operacional (LO), que é dado pela diferença entre a receita bruta e o custo operacional total, apresentou um valor de R\$ 414,60. Este valor indica que os produtores apresentam, no curto prazo, boas condições econômicas e operacionais, confirmando mais uma vez os resultados encontrados.

Por sua vez, o índice de lucratividade (IL) apresenta um valor de 35,87%. Este valor indica que os produtores dispõem de 35,87% da receita da atividade após o pagamento de todos os custos operacionais.

Portanto, a produção de helicônia dentro do contexto da agricultura irrigada mostrou resultados que devem ser exaltados e, mais ainda, mostrando que a floricultura possui um grande potencial a ser explorado no Estado.

4.3 Análise da Competitividade

De acordo com a TABELA 3, pode-se observar o custo unitário de produção, o preço de venda praticado por produtor e o índice de lucratividade.

Assim, conforme os dados da tabela, observa-se que o produtor 1 é o mais competitivo entre os produtores de helicônias nos municípios pesquisados. Este apresenta o menor custo unitário de produção no valor de R\$ 0,290 com lucro unitário de R\$ 0,71 em cada haste de

helicônia vendida, o que equivale à rentabilidade, expressa pelo índice de lucratividade, de 72,90%.

Já o produtor 9 foi o que apresentou o maior custo unitário de produção entre todos. O valor do custo de produção foi de R\$ 1,374 o que representa um lucro unitário de R\$ 0,126 por haste vendida, o que equivale a uma rentabilidade de 28,65%.

TABELA 3 - Indicadores de competitividade relacionados com os produtores de helicônia no Ceará.

Produtores	Custo Unitário de Produção (R\$)	Índice de Lucratividade (%)
1	0,290	72,90
2	0,607	69,94
3	0,840	35,49
4	0,869	23,40
5	0,897	27,83
6	0,961	15,59
7	1,084	30,11
8	1,159	11,56
9	1,374	28,65

FONTE: Dados da pesquisa

A explicação pode derivar do fato de que, como existem diferentes microclimas no Estado e estes apresentam características distintas, certas praticas recomendadas, no âmbito geral, podem ser ou não necessárias para um produtor em particular, o que contribui sobremaneira no resultado tanto do nível tecnológico como nos custos de produção.

Com relação ao destino dado a produção, verificou-se que alguns produtores vendem sua produção direto ao mercado local e outros a intermediários. A explicação para a venda a intermediários, segundo os produtores, é a dificuldade de acesso ao mercado, ou seja, muitos são dependentes de intermediários. Isto pode trazer várias conseqüências ao setor, como, por exemplo, as distorções de preços e ganhos de cada produtor, que no médio e longo prazo, podem vir a se tornar um desestímulo ao desenvolvimento do setor³.

5 CONCLUSÕES

Os resultados encontrados no presente estudo permitem tirar algumas conclusões:

A produção de helicônias é uma atividade rentável, podendo chegar a elevados índices de lucratividade.

Todos os produtores apresentaram rentabilidade com os investimentos realizados na atividade.

Aproximadamente 80% dos custos operacionais devem-se aos custos operacionais efetivos, destes, mais da metade referem-se aos custos com os insumos e o restante com a despesas de mão de obra.

As margens brutas relativas ao custo operacional total e ao custo total de produção são relativamente altas confirmando ser esta uma boa alternativa de investimento.

³ É importante salientar que pequena parte da produção, de acordo com informações dos órgãos competentes, é exportada esporadicamente.

Os produtores com maiores condições de competitividade são aqueles com menores custos. Aliás, os produtores com menores custos apresentaram maiores índices de lucratividade.

Percebeu-se durante as entrevistas, alguns entraves no que diz respeito ao processo de comercialização das flores, assim sugere-se que os órgãos competentes ofereçam maiores condições, como, por exemplo, a criação de um mercado atacadista de flores, seguindo modelos já implementados em outros estados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHEARN, M., CULVER, D., SCHONEY, R. Usefulness and limitations of COP estimates for evaluating international competitiveness: a comparison of Canada and U.S. wheat. **American Journal of Agriculture Economics**, Virginian, v.72, n.5. n°.5, 1990. p. 1283 – 1291.

ANDRADE, J. P. e REIS, R. P. A. **Competitividade do complexo lácteo no mercosul: estudos de multicaso em Minas Gerais**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 32. Brasília, 1994, **Anais ... Brasília, SOBER, 1994.** p.603-621.

ARAÚJO, C. M. M., CAMPOS, A. C. **Competitividade de diferentes sistemas de produção de leite em Minas Gerais frente ao mercosul**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 32, Brasília, **Anais...Brasília: SOBER, 1994,** p. 564-581.

BANCO DO NORDESTE. **A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste**. Vol. 1, Série: Políticas e Estratégias para um Novo Modelo de Irrigação. 2001a.

BERRY, F. e KRESS, W. J. **Heliconia: an identification guide**. Smithsonian Institution Press, Washington and London. 1991. 334p.

CARVALHO, A. V. de. **Análise econômica da revitalização do algodão no Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2000. 72p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

CEPAL. **Indicadores de competitividad y productividad, revisión analítica y propuesta sobre su utilización**. Santiago de Chile, CEPAL/PNUD, (Serié Desarrollo Productivo, 27). 1995.

FARINA, E. M. M. Q.; e ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais**. Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1994. 63p.

IBRAFLOR. **Brasil: mostra tua flora**. Informativo, v. 7, n. 23, mar, 2001. 4p.

HAGUENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas. uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro.** Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, Texto para Discussão nº211, 1989. 24p.

HAGUENAUER, L., FERRAZ, J. C., KUPFER, D.S. **Competição e internacionalização na indústria brasileira.** In: **O Brasil e a Economia Global.** Renato Baumann (org). Rio de Janeiro, Campus. 1966. 158p.

HOFFMANN, R. **Administração de empresas agrícolas.** São Paulo, Ed. Pronuncia. 1981. 325p.

KUME, H. Defasagem justifica mudança? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, nº 18, 1988. 18p.

MARTIN, N. B., SERRA, R., OLIVEIRA, M. D. M., et al. Sistema integrado de custos agropecuários – CUSTAGRI. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, nº1, jan. 1998. p. 7-28.

NEVES, E. M., ANDIA, L. H., NEVES M. F e BARROS, S. S. **Economia da produção cítrica: competitividade sob o enfoque de custos e investimentos** . In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 30. Brasília, 1992, **Anais ... Brasília, SOBER, 1992.** p.525-537.

NOGUEIRA, A. J. F. Mercado de flores de corte e plantas ornamentais. **Bahia Agrícola.** Vol. 1, nº 2, out. 1996. 8p.

PAGANO, L. Conceito de competitividade. **Revista da ESCM** – Jul/Ago. 2001. São Paulo, 2001.v.08, ano 07, edição 04.

PORTER, M. E. Clusters e competitividade. **Revista HSM Management** – jul/ago. 1999. 11p.

POSSAS, M. S., CARVALHO, E. G. **Competitividade internacional: um enfoque teórico.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 32, Brasília, **Anais...Brasília: SOBER, 1994:** p 1211-1229.

SOUZA, F. L. M. **Estudo sobre o nível tecnológico da agricultura familiar no Ceará.** Fortaleza: UFC/CCA/DEA, 2000. 93p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

STÜLP, V. J. **Os impactos do mercosul no setor agroindustrial e a pesquisa acadêmica no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 31, Ilhéus, **Anais...Brasília: SOBER, 1993.** p. 929-941.

VILLWOCK, L. H. M. e GIOCOMINI, N. M. R. **Análise comparativa da maçã brasileira no contexto do mercosul.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 32. Brasília, 1994, **Anais ... Brasília, SOBER, 1994.** p.485-497.